



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÈDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

MARIA GINALVA DA SILVA

(IN) DISCIPLINA: A escola Discute a escola propõe

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
2014**

MARIA GINALVA DA SILVA

(IN) DISCIPLINA: A escola Discute a escola propõe

Trabalho de Conclusão de Curso de pedagogia, apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Francineide Pereira Silva

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Maria Ginalva da.
(In) disciplina: [manuscrito] : a escola discute e a escola propõe / Maria Ginalva da Silva. - 2014.
46 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Francineide Pereira Silva, Secretária de Educação à Distância".

1. Disciplina. 2. Indisciplina. 3. Escola. 4. Aluno. 5.
Comportamento. I. Título.

21. ed. CDD 371.58

MARIA GINALVA DA SILVA

(IN) DISCIPLINA: A escola Discute e a escola propõe

Banca Examinadora

Francineide Pereira Silva

Examinador (a): Prof(a): Ma. Francineide Pereira Silva
UEPB/CAMPUS IV

Orientadora

Ariane Kerzia Bênicio de Sá Barreto

Prof.ª Ma. Ariane Kerzia Bênicio de Sá Barreto UEPB/Campus IV
Examinadora

Data da avaliação ____ / ____ / ____

NOTA: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus presença viva na minha vida, sem esta força maior eu jamais teria conseguido chegar ao final deste curso, pois, nas horas das atribuições sempre surgia uma luz no final do túnel;

Aos meus pais, que investiram na minha educação, dando os melhores exemplos, tornando-se uma pessoa honesta e compenetrada;

Aos meus colegas de curso que foram verdadeiros amigos nesta jornada, compartilhando comigo seus conhecimentos; sem sombras de egoísmo demonstraram solidariedade;

Aos Mestres, pelo desprendimento com que transmitiram seus conhecimentos; em especial a Professora Francineide, pela paciência e dedicação com que guiou nesta pesquisa e na formulação deste trabalho monográfico;

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas teorias sobre disciplina e indisciplina em uma instituição escolar, considerando fatores sócio culturais, métodos de ensino e postura dos educadores. A disciplina ou limite são as normas que o estabelecimento estipula para o educando ao passo que a indisciplina é a prática de atos fora das normas da instituição. Dentro do estudo foi considerado ritmo biológico, diferenças individuais, fatores sócio ambientais. Considerando a disciplina como um desafio para os educadores na atualidade, pois existem distúrbios psicológicos, vícios e transtornos emocionais que contribuem para a indisciplina na sala de aula. A falta de amor no lar conduz o aluno a um comportamento indisciplinado e até mesmo agressivo. Portanto o estudo faz o paralelo entre disciplina e indisciplina na instituição escolar, observando as mesmas na construção da identidade dos jovens. A intimidade entre a escola e família é indispensável para a disciplina escolar e para o ensino-aprendizagem. Pretendo trabalhar fazendo levantamentos bibliográfico relacionados ao tema em livros, revistas. Este estudo fundamentou-se, principalmente, nas ideias de: ANTUNES (2009/2010); AQUINO (1999); LIBANEO (2004); FREIRE (1997, 2002); PIAGET (1990/1998/1998/1996); SANTOS (1997); VASCONCELLOS (1999); NEVES (2009); PARO (2003). Também na análise dos aspectos legais tipo: PCN's (1996). Pesquisa qualitativa e participativa permite verificar os fenômenos e ampliar as relações descobertas. A proposta metodológica a ser utilizada é adequada neste trabalho e qualitativa por ser um método mais abrangente no assunto que abordarei, A investigação com um nível de realidade que não pode ser quantificado, cujo objetivo principal é interpretar o fenômeno que é observado, compreendendo o seu significado. A observação qualitativa é fundamental na explicação do funcionamento das estruturas sociais, pois busca entender um fenômeno específico em profundidade. São métodos da pesquisa, descrições, comparações e interpretações.

PALAVRAS-CHAVE: Disciplina. Indisciplina. Escola. Aluno. Comportamento.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present some theories about discipline and indiscipline in a school institution, considering cultural factors partners, teaching methods and attitude of educators. The discipline or limit are the rules that stipulates the establishment for educating while indiscipline is the practice of acts outside the norms of the institution. Within the study was considered biological rhythm, individual differences, environmental factors partners. Considering discipline as a challenge for educators today, because there are psychological disorders, addictions and emotional disorders that contribute to indiscipline in the classroom. The lack of love at home leads the student to an undisciplined and even aggressive behavior. Therefore the study is the parallel between discipline and indiscipline in schools, observing the same in identity construction of young people. The intimacy between school and family is essential for school discipline and teaching and learning. I intend to work doing literature surveys related to the topic in books, magazines. This study was based mainly on the ideas of: Antunes (2009/2010); AQUINO (1999); Libâneo (2004); Freire (1997, 2002); Piaget (1990/1998/1998/1996); SANTOS (1997); Vasconcellos (1999); NEVES (2009); PARO (2003). In the analysis of the legal aspects type: PCN's (1996). Qualitative and participatory research allows you to check the phenomena and extend the findings relations. The methodology to be used is appropriate in this qualitative work and to be a more comprehensive method that will address the subject, Research with a level of reality that can not be quantified, whose main objective is to interpret the phenomenon that is observed, including your meaning. A qualitative observation is crucial in explaining social structures because seeks to understand a specific phenomenon in depth. Sao research methods, descriptions, comparisons and interpretations.

KEYWORDS: Discipline. Indiscipline.School. Student. Behavior.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| REFLEXÕES TEÓRICAS/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS | 10 |
| 1.1 A gestão escolar na escola pública | 10 |
| 1.2. A escola e o aluno da educação infantil..... | 13 |
| 1.3 A escola e o aluno da Educação Fundamental..... | 16 |
| REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM | 19 |
| 2.1 Aspecto Legal do Ensino Fundamental | 19 |
| 2.2 O Ensino Fundamental e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação | 21 |
| 2.3 O Ensino Fundamental e o Estatuto da Criança e do Adolescente | 21 |
| A ESCOLA COMO ESPAÇO SOCIAL DE APRENDIZAGEM: discutindo seus problemas | 23 |
| 3.1 - Importância da disciplina para ensino-aprendizado | 25 |
| 3.2 Conjunto de regras que constituem a disciplina..... | 28 |
| 3.3 Indisciplina Escolar: causas e consequências..... | 29 |
| 3.4 Disciplina X Indisciplina: diversidade entre os alunos | 31 |
| 3.5 A sala de Aula X (IN) disciplina: Estudo de caso | 38 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 40 |
| REFERÊNCIAS | 42 |
| ANEXOS | 44 |

INTRODUÇÃO

As pessoas que rodeiam o aluno, mais propriamente as pessoas de família, influem muito no seu comportamento, pois a criança nasce no seio desta, sendo, portanto, os pais os primeiros educadores. A extraordinária influência dos que quotidianamente tratam com os alunos reflete-se em muitos dos atos praticados por eles. A ação da Família começa desde o berço, muito antes da ação da Escola. Sendo a importância da ação familiar na tarefa educativa reconhecida pela Escola, impõe-se uma íntima colaboração, que deverá significar a ajuda mútua na consecução do ideal educativo.

O artigo tem como objetivo discorrer sobre direitos e deveres escolares, considerando o respeito mútuo de discente e docente para que ocorra uma boa aprendizagem.

Para uma educação idealmente construída, disciplina deveria ser voluntária da escolha livre e, como consequência da disciplina, a liberdade deveria enriquecer-se de possibilidades, não sendo considerados opostos, os dois princípios de liberdade e de disciplina.

O clima da aula deve ser de liberdade e de tolerância, de modo a permitir que os alunos tomem consciência dos seus valores e ajam em sintonia com eles. A autonomia conduz à autodisciplina, não significando, no entanto, que o professor tenha uma atitude de indiferença, ou de apatia perante os alunos. Pelo contrário, as suas atitudes, embora democráticas, devem ser firmes.

Tradicionalmente, o clima da aula era caracterizado, pela quietude, pela criação de um grupo de estudantes dóceis, que participavam na aula como meros receptores, o que tinha como consequência a rapidez do ato pedagógico. Desenvolvia-se pouco a capacidade crítica e a iniciativa individual.

A necessidade do estudo surgiu do crescimento da indisciplina ou desobediência no seio das nossas escolas. Onde as crianças não conseguem aprender por inquietude ou falta de concentração; daí surge à necessidade de compreender o que é o aluno indisciplinado, suas características e sua origem.

A escola sofre reflexos do meio em que está inserida. O problema indisciplinar é frequentemente, repercussão dos conflitos da família e do meio social onde está envolvido. Far-se-á necessário analisar as ações hostis, e de desrespeito,

falta de obediência às normas da escola, sem origem aparente; daí surge o desejo de investigar as causas de determinado comportamento.

A ação da Família começa desde o berço, muito antes da ação da Escola, é fato decisivo no seu comportamento escolar. Sendo a importância da ação familiar na tarefa educativa reconhecida pela Escola, impõe-se uma íntima colaboração, que deverá significar a ajuda mútua na consecução do ideal educativo.

Para uma educação adequadamente bem construída, a disciplina deveria ser consequência voluntária da escolha livre e, como consequência da disciplina, a liberdade deveria enriquecer-se de possibilidades, não sendo antagônicos os dois princípios de liberdade e de disciplina. O clima da aula deve ser de liberdade e de tolerância, de modo a permitir que os alunos tomem consciência dos seus valores e ajam em sintonia com eles. A autonomia conduz à autodisciplina, não significando, no entanto, que o professor tenha uma atitude de indiferença, ou de apatia perante os alunos.

Foi realizada uma verificação sobre o antagonismo disciplina X indisciplina, numa mesma instituição escolar e até mesmo numa mesma turma. As regras e os costumes são impostos para todos. Por que certos alunos obedecem e outros não correspondem?

A investigação priorizou os seguintes objetivos: compreender as normas de disciplina da família e da escola; Investigar as causas do comportamento indisciplinado que constitui entrave para o ensino aprendizagem; diferenciar disciplina X indisciplinado dentro da instituição de ensino; encontrar possibilidades metodológicas para lidar com crianças indisciplinadas em sala de aula, onde predomina alunos disciplinados.

Este trabalho vem enfatizar a gestão escolar na escola pública, o aspecto legal do ensino fundamental e a importância da disciplina para o ensino aprendido sendo dividido em três capítulos, no primeiro investigamos a gestão escolar, no seguinte ou seja no segundo capítulo analisamos o ensino fundamental e no terceiro apresentamos resultados de estudos teóricos e práticos sobre a disciplina escolar.

REFLEXÕES TEÓRICAS/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

O estágio supervisionado é um momento fundamental para os discentes, é nessa fase que encontramos as possibilidades de colocar em prática os fundamentos teóricos. Foi através do estágio que pude redefinir e ampliar meus conhecimentos sobre a questão da Gestão escolar; Ensino Infantil e Ensino Fundamental, bem como observar as novas literaturas dessas temáticas.

1.1 A gestão escolar na escola pública

De acordo com a revista *Presença Pedagógica* (maio/junho-2012), o processo coletivo desenvolvido em parceria com a comunidade escolar, a gestão democrática da educação envolve transparência, participação, competência e autoridade compartilhada. É também um exercício de cidadania que educa crianças, jovens e adultos.

Realizei o meu estágio de gestão escolar na Escola Estadual de Ens. Infantil e Fundamental José Serafim de Lima, uma escola que trabalha com todas as modalidades do ensino básico, inclusive o EJA. a administração procura manter uma boa relação com a comunidade; em todas as comemorações convida os familiares dos alunos.

Quando uma criança vai para a escola (...) os padrões de interação da família devem ser reorganizados. É fato conhecido que os pais devem estar preparados para aceitar ou permitir maior autonomia dos seus adolescentes, (...); do lado da escola da mesma forma cada novo membro, cada nova turma implica em reorganização do grupo todo. (MACEDO, 1998, p 156).

Não há mais espaço para um regime ditatorial no interior das nossas escolas. A escola que foi nosso campo de estágio podemos detectar que o trabalho compartilhado é mais rendoso, vivenciamos esta experiência durante o estágio supervisionado em gestão escolar, no interior da escola presenciamos ações

democráticas e de cooperativismo, o diretor é amigo e parceiro pedagógico de professores e funcionários.

Como definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 1996), a gestão escolar inclui, além da parte administrativa e financeira, o planejamento e a elaboração do Projeto Político Pedagógico em parceria com a comunidade escolar.

O tema gestão escolar ocupa boa parte das propostas de melhoria da escola pública, não há como mudar o sistema de ensino com uma gestão tradicional, portanto o primeiro passo para uma educação construtivista é uma gestão democrática. No final do século XX, os termos gestão e gerência passaram a fazer parte do vocabulário dos educadores comprometidos com uma educação emancipadora. Com o correr do tempo surgiram várias correntes e tendências relativas ao tema gestão.

A corrente tecnicista nos anos de 1970 a 1980 e a corrente participacionista de 1980 e 1990. Depois, o termo administração escolar foi caindo em desuso em favor de gestão educacional, que hoje pressupõe a participação dos sujeitos que compõem a escola. A íntima relação entre a gestão e o processo de ensino aprendizagem dos alunos tem tornado a gestão escolar um dos temas em pauta na área educacional. Bartolozzi, apud revista presença pedagógica (maio/junho-2012) defende a importância de a direção e a coordenação pedagógica se encontrarem semanalmente.

Assim podem discutir o andamento do planejamento feito dentro do cronograma estabelecido para a realização de todas as ações propostas, como finalização de projetos pedagógicos, reuniões com os pais etc. Os encontros são também uma boa oportunidade para rever o Projeto Político Pedagógico e analisar o desempenho dos alunos, já que esse resultado deve nortear as ações na escola. Para isso, é preciso organizar os resultados das avaliações internas e externas.

A partir dessas informações, o coordenador pedagógico pode detectar a necessidade de investir mais na formação dos professores, por exemplo. Segundo Bartolozzi, (2012) alguns requisitos precisam ser adotados pela instituição como um todo.

Entre estes, merecem ser citados: a instauração dos conselhos escolares; a eleição direta do gestor escolar; a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico; a participação e a comunicação diária entre os profissionais, alunos e

pais; o respeito às diversidades encontradas no campo social. No dia a dia da escola, que foi o meu campo de estágio, o trabalho do gestor envolve muitas questões, como articular o processo de gestão e delegar responsabilidades.

A gestão da escola é um processo coletivo, desenvolvido em parceria com toda a comunidade escolar. Um conceito que surgiu na década de 90 é o padrão de gestão da escola. Esse conceito comporta suas formas de organização administrativa e pedagógica; os estilos de atuação e as relações entre os agentes, com destaque para a figura do diretor; as formas de integração com o meio social e o grau em que alunos e comunidade efetivamente se apropriam da escola como recurso para seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

O conceito de padrão de gestão tem implicações muito mais amplas e profundas do que pode parecer. Ele reverte a dinâmica do funcionamento do sistema, o que implica redefinir os papéis do Estado e de suas instâncias de poder central. Como consequência há uma reorientação dos padrões de alocação de recursos no sentido de orientações de ações e definição de padrões básicos de qualidade. Também acarreta mudanças na forma como vêm sendo estruturadas e regulamentadas as carreiras dos profissionais da educação. “A escola deve ser um espaço onde todos participem do planejamento e execução de todas as suas ações, onde o conjunto e valores, normas e relações obedecem a uma dinâmica singular e viva” (VEIGA E RESENDE, 1998).

A autonomia dos estabelecimentos de ensino é condição para a identidade do projeto da escola, na medida em que já está provado que é impossível monitorar do centro esse complexo processo de organização e desenvolvimento institucional de milhares de escolas.

Algumas características parecem determinar maior eficácia das escolas na utilização de seus insumos e que estariam associadas a uma maior autonomia de gestão: Existência de um projeto pedagógico abrangendo formas próprias de organizar as condições de ensino-aprendizagem, o uso e distribuição do tempo e do espaço físico e a alocação dos recursos humanos;• Formas de gestão que incluam diferentes níveis de participação dos agentes internos da escola e da comunidade; Tempo para consolidação de experiências de trabalho; Presença de direção com liderança, autoridade e legitimidade; Profissionalismo dos docentes e a existência efetiva de trabalho de equipe.

1.2. A escola e o aluno da educação infantil

A escola onde realizei o estágio de Educação infantil é uma escola multiseriada localizada na zona rural, trata-se da Escola Municipal Maria Antônia de Lima, localizada no Sítio Boca da Mata – Município de Mato Grosso – PB. Apesar de ser uma escola multiseriada, procura trabalhar uma metodologia moderna, introduzindo o lúdico na educação infantil, usando como estratégia músicas, danças e histórias infantis, pois a escola conta com alguns recursos tecnológicos, contando com o apoio pedagógico de um coordenador especializado em supervisão escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996 (LDB), coloca a criança como sujeito de direitos, em vez de tratá-las, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela; a mesma lei, proclama pela primeira vez na história das legislações brasileiras a Educação Infantil como direito das crianças de 0–6 anos e dever do Município; ou seja, todas as famílias que desejarem optar por partilhar com o Município a educação e o cuidado de seus filhos deverão ser contempladas com vagas em creches e pré-escolas públicas.

Outro objetivo contemplado pela Lei 9.394/96 é o de que as instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) fazem parte da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em vez de permanecerem ligadas às Secretarias de Assistência Social. Nessa passagem das creches para as Secretarias de Educação dos Municípios está articulada a compreensão de que as instituições de Educação Infantil têm por função educar e cuidar de forma indissociável e complementar das crianças de 0 a 6 anos.

Afirmam Campos, Rosemberg e Ferreira (1995), a subordinação do atendimento em creches e pré-escolas à área da Educação representa, pelo menos no nível do texto constitucional, um grande passo na direção da superação do caráter assistencialista predominante nos anos anteriores a Constituição. No caso específico das creches, tradicionalmente vinculadas às áreas de assistência social, essa mudança é bastante significativa e supõe uma integração entre creches e pré-escolas.

Segundo o MEC, Secretaria da Educação Básica, o debate sobre a qualidade da educação da criança até 6 anos no Brasil tem uma história. Para situar o atual momento, é necessário rever concepções e recuperar os principais fios dessa história para que a discussão atual possa dialogar com os avanços e as dificuldades anteriores, alcançando um novo patamar nesse processo de múltiplas autorias.

Para Faria (1999), a criança, assim, não é uma abstração, mas um ser produtor e produto da história e da cultura.

Olhar a criança como ser que já nasce pronto, ou que nasce vazio e carente dos elementos entendidos como necessários à vida adulta ou, ainda, a criança como sujeito conhecedor, cujo desenvolvimento se dá por sua própria iniciativa e capacidade de ação, foram, durante muito tempo, concepções amplamente aceitas na Educação Infantil até o surgimento das bases epistemológicas que fundamentam, atualmente, uma pedagogia para infância. Os novos paradigmas englobam e transcendem a história, a antropologia, a sociologia e a própria psicologia resultando em uma perspectiva que define a criança como ser competente para interagir e produzir cultura no meio em que se encontra, afirma Faria (1999).

[...] Piaget (1994 p.6), cabe ao educador numa proposta construtivista, ajudar a criança criando situações que possam gerar desafios e desequilíbrios cognitivos, fazendo com que observe melhor, tome consciência de sua ação, cheque as suas hipóteses. E essa conscientização e preocupação com o aprendizado da criança já é uma constante reflexão entre os educadores que lidam com a educação infantil.

Portanto a escola rural que foi nosso campo de pesquisa, não procura repassar saberes prontos para a criança, o educador age segundo pensamento de Piaget, colocando a criança diante de desafios para ela se torne um ser criativo, pois não há mais lugar para cópias nem repetições, bem como para conhecimento fragmentados.

[...] tiram de quase nada formas criativas, amorosas, inovadoras, estimulantes, que mobilizam a curiosidade das crianças de aprender, o que as faz a cada dia retornar à escola com brilho nos olhos, cheias de perguntas, cheias de descobertas, ansiando por compartilhar com a professora e com as outras crianças os seus novos saberes e novos desejos de saber". (GARCIA, 2002:8)

A projeção de vídeos infantis na escola rural em análise despertou a curiosidade dos pequenos fazendo com que eles se interessassem pelos os assuntos criando inúmeras perguntas para o professor, o aluno foi provocado e sentiu vontade de aprender.

Acompanhando a evolução da brincadeira na faixa de 0 a 6 anos, podemos observar as grandes transformações que ocorrem nestes

anos e compreendem melhor a sua importância fundamental no processo de adaptação à vida em geral. (OLIVEIRA, 1992, p.26).

A teoria de Oliveira (1992), até onde pude constatar é seguida por educadores do campo, pois cantos e brincadeiras de roda fazem parte do cotidiano da escola Municipal Maria Antônia de Lima. “A maneira como uma criança brinca ou desenha reflete sua forma de pensar e sentir, nos mostrando quando temos olhos para ver, como está se organizando frente a realidade, construindo interagir Acompanhando a evolução da brincadeira na faixa de 0 a 6 anos, podemos observar as grandes transformações que ocorrem nestes anos e compreendem melhor a sua importância fundamental no processo de adaptação à vida em geral”. (OLIVEIRA, 1992, p.26). É importante ter em mente que o lúdico torna-se mais necessário no ensino infantil, pois a criança não pode aprender da mesma forma que um adulto. Partindo deste pressuposto deve-se analisar o ensino infantil como algo essencialmente prazeroso; pois o pequeno aprendiz não tem consciência de sua necessidade de aprender certos conteúdos, portanto ela tende a aprender melhor brincando, ou seja, de uma maneira que desperte a sua atenção para assim ela se sentir atraída pelo o ato de aprender.

A palavra lúdico vem do latim ludos e significa brincar. Há algum tempo, o lúdico vem atraindo a atenção de estudiosos, de grandes grupos editoriais e do público de modo geral. O jogo visto como recreação, desde a antiguidade greco-romana, aparece como relaxamento necessário à atividade que exigem esforço físico, intelectual e escolar (...). Por logo tempo, o jogo infantil fica limitado à recreação. (...) Durante a Idade Média, o jogo foi considerado “não sério”, por sua associação ao jogo de azar, bastante divulgado na época (KISHIMOTO, 2010, p.31). O lúdico é uma atividade muito antiga envolvendo trabalho escolar. Tendo sido considerado uma atividade maléfica. Na idade média a criança era vista como um adulto em miniatura, assim não havia diferença entre os jogos e brincadeiras destas e dos adultos.

Ainda nesse século a postura da criança é modificada, percebe-se que ela é um ser distinto do adulto e que possuem valores próprios como a fantasia, a ingenuidade, a comunicação à igualdade. Considerada como ser individualizado, percebe-se que é necessária uma educação diferenciada que utilize atividades lúdicas e jogos educativos que possam servir de apoio para a didática. Atualmente a ludicidade tem uma conotação diferente daquela que considerava o brincar como algo pejorativo,

para transformar-se num tema de real significação para todas as pessoas. “A ludicidade já é utilizada na terapia corporal, na capacitação de profissionais para o desenvolvimento das atividades lúdicas nas áreas da saúde e educação, envolvendo o ser humano em diferentes fases geracional” (LOPES et al., 2002). Como se pode observado na análise da autora o lúdico, trabalha as emoções, o ser interior da pessoa, depositando nela esperanças, humor, prazer do e pelo ensino. É um aprender com a alegria.

1.3 A escola e o aluno da Educação Fundamental

Para a compreensão do que é educação fundamental no Brasil, o primeiro passo é retomar os embates que ocorreram na elaboração da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

O inciso I do art. 21 dessa lei estabelece que a educação escolar compõe-se, além do ensino superior, da “Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (BRASIL, 1996). Todo o capítulo II da Lei é dedicado a explicitar os princípios e os fins da educação básica. Na escola Municipal “José Francisco da Silva”, as crianças são preparadas para a vida social no campo, pois este é o objetivo imediato da escola pública: “manter o homem na terra”. A escola multiseriada proporciona o domínio dos conhecimentos sistematizados e saberes da terra. Durante a minha observação constatei que a escola tem os recursos suficientes para funcionar bem. Sendo beneficiada pelos programas PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), PNBE (Programa Nacional da Biblioteca da Escola).

A escola possui uma estrutura física razoável, tendo como dependências: uma sala de aula, uma cozinha, dois banheiro sendo um masculino, e outro feminino. Quanto ao material de apoio suficiente; como carteiras, quadro de giz, quadro branco, material de cantina. Dispõe dos seguintes recursos didáticos: uma televisão, um DVD, um notebook, um mimeógrafo, um esqueleto, um globo terrestre, material dourado, revistas, lupa, domínio e damas, jogos educativos, livros paradidático revistas.

O ensino é contextualizado, fugindo um pouco do tradicionalismo com atividades agrárias e com a cultura local, são disciplinas que orientam o educando partindo de situações concretas onde a escola está inserida.

Colocar uma criança de seis anos sem experiência escolar numa escola tradicional como a nossa é uma violência. Sem uma proposta pedagógica clara, as crianças vão acabar sentadas na carteira copiando leitura da lousa... Não é só problema da alfabetização na primeira série. É uma questão de disciplina, de regras, de horários... (BARBOSA: 2005).

Conforme a colocação de Barbosa (2005), para que o ensino fundamental a partir dos 6 anos venha trazer resultados é necessário usar uma metodologia moderna extinguindo o tradicionalismo e optando por formas construtivista, ou alternativas lúdicas.

Só tem sentido uma criança no ensino fundamental se estiver preocupado com a totalidade do seu desenvolvimento. Não é para diminuir a repetência e aumentar a escolarização pura e simplesmente. É por respeito ao tempo da infância... Se for para manter a escola tradicional, conteudista, como é a nossa, eu não ampliaria em mais um ano. Não adianta colocar a criança que tem seis anos só para ela precocemente aprender a ler e escrever. Isso é escolarizar prematuramente uma criança a um sistema falho... (Arroyo: 2005).

O ensino fundamental não deve se limitar a conhecimentos fragmentados, e sim fazer um trabalho de forma interdisciplinar e globalizado, pois, é nesta fase que a personalidade da criança se forma, daí a importância de trabalhar a construção da cidadania de cada educando, preparando-o para a vida em sociedade.

A escola que foi nosso campo de pesquisa, mesmo sendo multiseriada e localizada na zona rural, trabalha de forma que a escolaridade não deve apenas se limitar a ler e escrever ou ensinar conteúdos escolares abstratos; visando preparar o indivíduo para a vida em sociedade.

A partir de estudos sobre multiculturalismo e currículo, composto por temas como a globalização, identidade, prática pedagógica, dentre outros, delineamos nosso estudo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida em escola pública do município de Mato Grosso, interior da Paraíba. A escola multiseriada foi construída nos anos de 2011\2012, na gestão da prefeita Katsonária Monteiro e

inaugurada no dia 21 de abril de 2012. Com a finalidade de atender os filhos dos agricultores ensinando do pré-escolar ao quinto ano do ensino fundamental

Durante toda semana de observação, a professora usou estratégias variadas: leitura, música, pinturas, apresentação de vídeos, aula expositiva, exercício escrito, roda de leitura, roda de conversa.

De acordo com a revista *Presença pedagógica* (edição março\abril 2014), o conjunto de normas e orientações que balizam a organização do ensino nas escolas em todo o território nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação fundamental não compõem apenas mais um documento oficial define o projeto de nação que se pretende construir e os caminhos que deverão ser percorridos para se atingir essa finalidade. Por isso, é importante considerar as diretrizes na elaboração dos projetos políticos pedagógicos das escolas, nos diversos sistemas de ensino. Este texto tem o objetivo de situar, de forma breve, as Diretrizes Curriculares Nacionais no contexto educacional brasileiro e suas implicações na organização da educação brasileira.

A Constituição Federal de 1998 passou a utilizar a expressão “educação fundamental” em vários artigos do seu texto por força da aprovação das Emendas Constitucionais nº 53, de 19\12\2006, e nº 59 de 11\11\2009. Pode-se inferir, então que a organização das etapas de ensino com a denominação de educação básica foi determinada primeiramente na LDBEN e, posteriormente, nas emendas constitucionais citadas acima. “Antes de 1996, o Ensino Fundamental I seguia as normas da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação, que visavam à formação dos alunos nos mais diversos âmbitos, potencializando seu autor realização, sua preparação para o mercado de trabalho, bem como sua conscientização da cidadania. Da mesma forma, essas diretrizes estabeleciam um currículo educacional, com núcleo comum a todos os níveis da educação básica, contanto que respeitasse as peculiaridades locais e as diferenças individuais dos alunos. Com a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, surgiu a necessidade de se elaborar parâmetros claros no campo curricular, que pudessem orientar as ações educativas, com base nos ideais democráticos, visando melhorar a qualidade do ensino nas escolas brasileiras”.

Como mostra a reportagem “PCN – **O Ensino Fundamenal I e as áreas de conhecimento**”, de Andréa Oliveira (2014).

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM

A inclusão das crianças de seis anos no Ensino Fundamental amplia a escolarização para uma parcela significativa da população brasileira que se encontrava, até então, privada da educação escolar ou sem garantia de vagas nas instituições públicas de ensino. Como único nível de ensino de matrícula obrigatória no País, o Ensino Fundamental, ao ter sua duração ampliada de oito para nove anos, traz para a escola um grupo de crianças que, ao serem introduzidas nessas instituições, entram em contato com uma cultura da qual devem se apropriar.

É importante também considerar que, ainda que algumas das crianças de seis anos já frequentassem instituições pré-escolares, a entrada desse segmento no Ensino Fundamental impõe “novos” desafios, sobretudo pedagógicos, para a área educacional. Como se sabe, mesmo admitindo a expansão das vagas como condição fundamental para a garantia do direito à educação, é no âmbito das práticas pedagógicas que a instituição educativa pode tornar-se ela mesma expressão ou não desse direito.

Para que esse direito se cumpra, portanto, e para que se configure como promotor de novos direitos, o acesso das crianças às instituições educativas e sua permanência nelas devem consolidar-se como direito ao conhecimento, à formação integral do ser humano e à participação no processo de construção de “novos” conhecimentos.

A construção dessa prática educativa no ensino fundamental deve ter a criança como eixo do processo e levar em conta as diferentes dimensões de sua formação. Cumpre um papel fundamental na garantia do direito à educação: o desenvolvimento da linguagem escrita. Uma prática educativa comprometida com o desenvolvimento integral do educando.

2.1 Aspecto Legal do Ensino Fundamental

Voltando a análise do “Ensino Fundamental”, este ao ser ampliado (ver Anexo) para nove anos de duração, pode ser considerado é um “novo” Ensino Fundamental, que exige uma proposta pedagógica própria para ser desenvolvida em

cada escola (Parecer CNE/CEB nº 4/2008). Portanto, um "novo" Ensino Fundamental requer um currículo "novo". À palavra currículo associam-se distintas concepções. Veja a seguir

- a)** Os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino (LDB 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, novas DCN para o Ensino Fundamental em discussão no CNE);
- b)** As áreas do conhecimento (LDB 9394/96 – art. 26, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental);
- c)** Matriz curricular definida pelos sistemas de ensino (LDB 9394/96 – art. 26);
- d)** Oferta equitativa de aprendizagens e consequente distribuição equitativa da carga horária entre os componentes curriculares. (LDB 9394/96, Parecer CNE/CEB nº 18/2005);
- e)** As diversas expressões da criança (Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações pedagógicas para a inclusão das crianças de seis anos de idade);
- f)** Os conteúdos a serem ensinados e aprendidos (LDB 9394/96, Parecer CNE/CEB nº 4/2008, Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações pedagógicas para a inclusão das crianças de seis anos de idade);
- g)** As experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- h)** Os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (MEC, 2009, – Passo a passo do ensino Fundamental).

Sendo estabelecidos estes aspectos legais para esta modalidade de Educação. Essa etapa da educação básica deve desenvolver a capacidade de aprendizado do aluno, por meio do domínio da leitura, escrita e do cálculo. Após a conclusão da 1ª fase do fundamental, o aluno deve ser também capaz de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família. Em síntese veja o que estabelece: O Ensino Fundamental e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; O Ensino Fundamental e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.2 O Ensino Fundamental e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

De acordo com a LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O grupo acredita que o objetivo principal da educação com base no artigo 22 da LDB é desenvolver os educandos. Para atingir este objetivo, ela busca garantir a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo meios para eles progredirem no trabalho e nos estudos posteriores.

Segundo o artigo 32 da LDB, o ensino fundamental é obrigatório, com duração de 9 (nove) anos gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

2.3 O Ensino Fundamental e o Estatuto da Criança e do Adolescente

O estatuto da criança e do adolescente busca garantir a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes brasileiras. Procurando assegurar que nenhuma criança ou adolescente seja objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Segundo o artigo 15 do ECA, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Portanto, as escolas de ensino fundamental precisam garantir esses direitos aos seus educandos em consonância com o que diz o artigo 16, quando cita o direito à liberdade, com base nos seguintes aspectos:

- Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- Opinião e expressão;
- Crença e culto religioso;
- Brincar, praticar esportes e divertir-se;
- Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- Participar da vida política, na forma da lei;
- Buscar refúgio, auxílio e orientação.

Os aspectos descritos acima ratificam que o desenvolvimento do ensino-aprendizagem requer vivenciar estes, fatores que são importantes para que este alcance os objetivos estabelecidos em lei. Assim, para que aconteça esta aprendizagem é necessário que exista “disciplina”. Estudos mostram que a escola ao prover a educação precisa tomá-la em todo seu significado humano não em apenas algumas de suas dimensões.

É fundamental que se compreenda que “O querer aprender como questão didática, é essencial para que a produção se realize este querer aprender é um valor cultivado historicamente pelo homem e, um conteúdo cultural que precisa ser apropriado pelas novas gerações, por meio do processo educativo”. Não cabe a escola como agência encarregada da educação sistematizada renunciar essa tarefa. Por isso é que não tem sentido a alegação de que, se o aluno não quer aprender não cabe a escola a responsabilidade por seu fracasso. Cabe sim, e esta é uma de suas tarefas, levar o educando a querer aprender é o desafio primeiro da didática. Dentro desta percepção da educação na vertente ampla de atuação, serão discutidos no terceiro capítulo um dos aspectos importantíssimo para que se desenvolva com eficácia o processo de ensino e aprendizagem. É a questão da Disciplina das crianças em sala de aula.

A ESCOLA COMO ESPAÇO SOCIAL DE APRENDIZAGEM: discutindo seus problemas

Antes de discutir a questão da (In)Disciplina) é importante entender a escola como o espaço social, onde as relações sociais escolares decorrem no cotidiano. Pois, a (In)Disciplina estão presente nesse espaço e é algo lido na vida em sociedade, não é um aspecto pontual, periódico, ela faz parte do contexto escolar. É dinâmica e mentora para as relações possam ser refletidas e mudadas dentro de suas circunstâncias. É importante também ressaltar que este aspecto (In)disciplina é indissociável, ou seja, são vivenciados paralelamente.

Nas últimas décadas, a educação vem se destacando como um dos principais instrumentos que exercem influência sobre o padrão de vida de uma sociedade. É uma tese filosoficamente defensável.

A condição humana, aquilo que identifica o homem entre si e os diferencia dos outros seres vivos, é construída nas relações sociais. É desenvolvida na elaboração das relações sociais ao serem criadas possibilidades e organização da sociedade.

Berger e Luckmann (2002, p.75) acrescentam que, assim como é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza um ambiente humano.

Por meio da cultura, da vivência dos valores e das regras sociais que permeiam os relacionamentos em todos os níveis, pelo acesso às informações e ao conhecimento, é que o homem vai construindo sua identidade e afirmando-se como integrante de um espaço coletivo e diverso. Mas para que isso ocorra, ele necessita da interlocução com seus pares, da manutenção de relacionamentos e interações com os grupos aos quais pertence, ou seja, o homem só constrói sua humanidade nas relações com seus semelhantes.

Continuando a reflexão a realidade mostra que ao inserido esta nos grupos, os homens, tem a possibilidade de experimentar e aprender com a reflexão sobre a realidade, inferir e articular ações individuais e coletivas, modificar trajetórias e intervir no mundo ao seu redor.

Além da família, a escola é um dos locais de extensão e expansão os primeiros contatos sociais das crianças e exerce como função precípua a sua introdução no mundo das relações sociais letradas.

O processo de socialização é, pois, um exercício permanente e contínuo que entrelaça todos os campos da vida. A escola, como um dos espaços de socialização, tem como função específica fazer a formação dos indivíduos que nela estão inseridos, bem como promover o desenvolvimento humano propiciando aprendizagens relevantes para a vida social. A socialização é importante para o processo social organizado sistematicamente, pois a socialização implica na adaptação a certos padrões culturais existentes na sociedade, ou seja, é a tendência para viver em sociedade, é a civilidade (conjunto de formalidades, observadas entre si pelos cidadãos, quando bem educados). Esta civilidade é fundamental na vida escolar, para o aprimoramento do ensino-aprendizagem das crianças, bem como na convivência geral.

Por socialização, escreve o sociólogo pernambucano Gilberto Freire (1900-1987) “É a condição do indivíduo (biológico) desenvolvido, dentro da organização social e da cultura, em pessoa ou homem social, pela aquisição de status ou situação, desenvolvidos como membro de um grupo ou de vários grupos.” E Paro (2003, p. 07), afirma “É a “instituição que provê a educação sistematizada”

Dentro desta afirmação de Paro é fica mais claro de se compreender a indissociabilidade entre educar, cuidar implica em promover uma ação pedagógica respaldada em uma visão integrada acerca do desenvolvimento das crianças, respeitando as peculiaridades de cada uma delas e oportunizando situações de aprendizagem significativas, e prazerosas. Assim, é preciso refletir como educar, cuidar, na Educação fundamental, estes fatores podem auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das crianças em relação a si e ao mundo. As situações de educar remetem às situações de cuidado, auxiliando o desenvolvimento das capacidades cognitivas infantis, bem como das potencialidades afetivas, emocionais, sociais, corporais, estéticas e éticas.

A base do cuidado humano nessa reflexão não ancora no controle de comportamentos, é compreendido como ajudar o outro a se desenvolver como Ser Humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (RCNEI, 2001, p.24). Confirmando esta

análise Paulo Freire pregava uma educação integradora entre professor e aluno, criando e recriando um conhecimento compartilhado, onde os limites da ação são dados pela própria ação. Freire defendia o bom exercício da autoridade na sala de aula, pois “quanto maior for a confiança dos estudantes na autoridade do professor, maior será a disciplina reinante”(NOFFS, 1989, p. 45). E um dos maiores desafios que o professor tem hoje em sala de aula é levar os alunos a querer aprender, isso em qualquer das séries que esteja matriculado.

3.1 - Importância da disciplina para ensino-aprendizado

A disciplina é um conjunto de regras que estão presentes em qualquer instituição. É uma questão de qualidade de relacionamento humano, recebendo influência do ambiente, como foi visto anteriormente. Toda instituição tem suas normas éticas e de regras para organizar a estrutura física e humana do espaço. Um dos pontos que defini o comportamento ético é aquele que segue os padrões normais da sociedade. O bom relacionamento entre as pessoas é um dos pontos marcantes da disciplina, no caso da escola, considerando o trabalho com crianças e adolescentes, Tiba apresenta a seguinte teoria

Lidar com esse ritmo biológico de um modo que não o desrespeite é a primeira providência para obter disciplina. Depois, quanto mais os filhos crescem, mais recursos terão os pais de adequar o ritmo biológico ao ambiente. Entendida como um conjunto de comportamentos que leva ao melhor resultado possível, beneficiando a todos, a disciplina estabelece seu caminho nos primeiros anos da vida da criança. (TIBA, 1996, p.32).

A disciplina é indispensável em qualquer espaço social, começa no ambiente familiar; onde os pais devem paulatinamente ir reorganizando ao longo do desenvolvimento das crianças as normas de disciplina, ou seja, conforme a idade das crianças. A disciplina do lar terá resultado positivo nas futuras instituições das quais o indivíduo participará. A educação doméstica é a primeira e mais importante.

Não é verdade que um filho não tenha direito de escolha, que não tenha querer. Se pretendermos criar futuros homens e mulheres responsáveis, que saibam tomar decisões e fazer boas escolhas, que tenham personalidade e saibam dizer “não” quando tiverem de dizer, não podemos criar sob um jugo autoritário, aprendendo apenas a respeitar ordens e fazer os que os outros mandam. (PIMENTEL, 2006, p. 63)

O indivíduo tem de compreender que todos têm direito as escolhas, mas também têm seus limites, seguindo as regras da instituição familiar, entretanto deverá adquirir autonomia, tornando-se uma pessoa decidida, capaz de discernir as atitudes mais adequadas ou não para se tomar em determinadas situações. É sabido e comprovado em estudos que nenhum ser humano pode caminhar na estrada da vida sem ter poder de decisão; com aumento da idade deverá ser estabelecida uma personalidade firme, principalmente quando nos remete a sociedade no século XXI, que busca formação pessoas com atitudes proativas, responsáveis.

A escola é a segunda instituição da qual o indivíduo fará parte, ao ingressar em um educandário, as crianças tem de encarar os princípios que lhe são estabelecidos, separando as regras da família e as regras do colégio. Segundo Aquino (1999, p. 18) a delegação de autoridade dos pais para a escola é essencial para uma primeira aceitação, por parte da criança, da hierarquia professor/aluno, e, creio, permanecerá importante durante todo o ensino fundamental e no ensino médio.

A disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelos professores quanto pelos alunos para que o aprendizado escolar tenha êxito. Portanto, é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola. (TIBA, 1996, p.117)

O educando tem de seguir as normas do estabelecimento de ensino; no que diz respeito a horários, ao bom diálogo com os professores e com os colegas, a realização das tarefas no tempo certo. Disciplina torna-se o grande alvo a ser alcançado e a responsável em manter o nível de aprendizado em um patamar aceitável. Segundo essa perspectiva, é através da disciplina dos alunos e dos professores que o sistema educativo se engrena. Manter o professor em um regime disciplinar como de operários fabris, produzindo em todo tempo designado e, impondo ao aluno seu poder como forma de utilizar o tempo como máximo de proveito, torna-se o objetivo almejado.

Aparentemente, a questão da disciplina escolar é muito simples: “basta conseguir com que os alunos prestem atenção à aula”. Na verdade o problema é complicadíssimo, pois envolve a formação do caráter, da cidadania e da consciência do sujeito. No fundo está sempre a questão: que tipo de homem quer se formar? Por que alguém deve obedecer a outrem? (VASCONCELLOS, 1998, p.37)

Assim o grande desafio do educador é manter a disciplina escolar, preparando o indivíduo para exercer seu papel de cidadão crítico e responsável dentro da comunidade em que vive.

Nesse contexto, estudos comprovam que gestores, alunos, professores e a sociedade é preciso entender que a disciplina dos alunos torna-se fator fundamental e imprescindível para a instituição escolar, tendo em vista, que sua finalidade é educativa. O desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem precisa ser eficiente, ter qualidade e preparar o aluno para a aquisição de aptidões, habilidades e conhecimentos, elementos tão necessários para a vida em todos os tempos.

Os alunos devem ser orientados a aperfeiçoar e/ou adquirir valores, como: controlar impulsos, respeitar regras e limites, terem responsabilidade e serem comprometidos com as premissas da vida pessoal – escola, família, entre outros. Desta maneira, ao atingir a fase adulta, espera-se que o mesmo possa agir com competência em todos os aspectos da sua vida. Destaca-se assim a visão de disciplina de Vasconcellos (2002 e 2003), que a denomina consciente e interativa. Afirma o citado autor que

O trabalho da escola tem uma repercussão muito maior também: não se trata simplesmente de transmitir determinados conteúdos socialmente acumulados pela humanidade: trata-se, além disso, de inserir o sujeito no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação tendo em vista o bem comum (VASCONCELLOS, 1995, p. 33)

É importante se observar que para essa forma de disciplina ocorra, é necessário e essencial que as normas que determinam como o trabalho a ser realizado seja estabelecido por professores, alunos e todos os que envolvem o cenário da sala de aula e da escola. Não é mais coerentes se pensar a disciplina de forma fragmentada, executada por um só grupo, no caso, da escola sempre pelos alunos, e professores como os certos em suas decisões.

Celso Antunes (2002, p.19) ressalta que, “na maior parte das escolas não é diferente, a indisciplina quase sempre emana de três focos: a escola e sua estrutura, o professor e sua conduta e o aluno e sua bagunça”.

3.2 Conjunto de regras que constituem a disciplina

A disciplina “é um conjunto de regras que estão presentes em qualquer instituição. É uma questão de qualidade de relacionamento humano, recebendo influencia do ambiente. Toda instituição tem suas normas éticas e de bons costumes, um comportamento ético é aquele que segue os padrões normais da sociedade. O bom relacionamento entre as pessoas é um dos pontos marcantes da disciplina, no caso da escola, considerando o trabalho com crianças e adolescentes,

O indivíduo tem de compreender seus limites, seguindo as regras da instituição familiar, entretanto deverá adquirir autonomia, tornando-se uma pessoa decidida, capaz de discernir as atitudes certas e erradas. Nenhum ser humano pode caminhar na estrada da vida sem ter poder de decisão; com aumento da idade deverá ser estabelecida uma personalidade firme.

A escola é a segunda instituição da qual o individuo fará parte, ao ingressar em um educandário, a criança tem de encarar os princípios que lhe são estabelecidos, separando as regras da família e as regras do colégio. Segundo Aquino (1999, p. 18) a delegação de autoridade dos pais para a escola é essencial para uma primeira aceitação, por parte da criança, da hierarquia professor/aluno, e, creio, permanecerá importante durante todo o ensino fundamental e no ensino médio.

A disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelos professores quanto pelos alunos para queo aprendizado escolar tenha êxito. Portanto, é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola. (TIBA, 1996, p.117)

O educando tem de seguir as normas do estabelecimento de ensino; no que diz respeito a horários, ao bom diálogo com os professores e com os colegas, a realização das tarefas no tempo certo. Disciplina torna-se o grande alvo a ser alcançado e a responsável em manter o nível de aprendizado em um patamar

aceitável. Segundo essa perspectiva, é através da disciplina dos alunos e dos professores que o sistema educativo se engrena. Manter o professor em um regime disciplinar como de operários fabris, produzindo em todo tempo designado e, impondo ao aluno seu poder como forma de utilizar o tempo com o máximo de proveito, torna-se o objetivo almejado.

Aparentemente, a questão da disciplina escolar é muito simples: “basta conseguir com que os alunos prestem atenção à aula”. Na verdade o problema é complicadíssimo, pois envolve a formação do caráter, da cidadania e da consciência do sujeito. No fundo está sempre a questão: que tipo de homem quer se formar? Por que alguém deve obedecer a outrem? (VASCONCELLOS, 1998, p.37)

Assim o grande desafio do educador é manter a disciplina escolar, preparando o indivíduo para exercer seu papel de cidadão crítico e responsável dentro da comunidade em que vive.

3.3 Indisciplina Escolar: causas e consequências

Neste tópico tratamos da questão dos desafios que a disciplina coloca hoje para o professor, da importância que o professor possui para discutir a indisciplina que está envolvida os professores como os alunos, para que se possa compreender a indisciplina, uma que está poder vir prejudicar todo o andamento da sala de aula e da escola. Tiba (1996) mostra que:

O ambiente também interfere na disciplina. Classes muito barulhentas, nas quais ninguém ouve ninguém; salas muito quentes, escuras, alagadas ou sem condições de acomodar todos os estudantes são locais pouco prováveis de conseguir uma boa disciplina. (TIBA, 1996, p.24)

Como pode ser observado na citação acima, a questão da indisciplina, não é causa apenas do fator da ação dos indivíduos, mas a questão da estrutura física também é promotora da indisciplina devido a revolta e descontentamento do espaço físico. Como último fator de interferência na disciplina existe a questão do ambiente, que causa problemas da seguinte forma: classes barulhentas, salas de calor intenso, salas pequenas, etc. Estes elementos que contribuem para o não cumprimento da disciplina.

Da parte do professor, o autor coloca que este possui quatro funções: a de ensinar, transmitindo o que sabe; e a de coordenar um grupo de alunos, que identifica as dificuldades existentes na classe e proporciona um bom andamento; a de membro do corpo docente, que escuta as reclamações dos alunos a direção e busca responder adequadamente a reclamação para o aluno reclamante; e a de empregado da instituição, que possui como todo empregado direito e obrigação. Da parte do aluno, o autor coloca que este é a peça chave para a disciplina e o sucesso de aprendizado, pois a maior dificuldade que este encontra, está situada na falta de motivação que o leve a estudar.

A questão da indisciplina é bastante complexa, uma vez que um grande número de variáveis influencia o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, apesar dessa complexidade, a verdade é que há um consenso sobre o fato de que sem a disciplina não se pode fazer nenhum trabalho pedagógico significativo. Resta saber o que entendemos por disciplina. (VASCONCELLOS, 1998, p.37)

No cotidiano escolar observa-se que o comportamento do aluno no ambiente de ensino é reflexo das experiências vividas no meio familiar e social. É comum encontrar alunos problemáticos, filhos de famílias desestruturadas, onde um dos pais é ausente por algum motivo ou não dão a devida importância para a vida escolar e social do filho. Apesar dessa importante observação, não se pode atribuir a esse fator como sendo a única causa do problema. É importante perceber que cada indivíduo responde diferentemente aos estímulos provindos do meio. Enquanto alguns indivíduos apresentam indisciplina e agressividade diante de problemas familiares, em outros esse fator não interfere no rendimento e na disciplina em sala.

Tiba nomeia como causa da indisciplina mais presente em nossas escolas:

Na presença de distúrbios psiquiátricos, os comportamentos provêm de uma psicose (maníaco-depressiva, esquizofrenia etc.) e independem do meio. O psicótico elabora qualquer estímulo recebido conforme sua patologia e reage de maneira inadequada. Por exemplo: se o professor pede silêncio à classe toda, o psicótico interpreta o pedido como uma perseguição exclusiva à sua pessoa e reage (às vezes até com agressões físicas). Os maníacos não conseguem ficar em silêncio porque estão submetidos a uma agitação psicomotora que não tem como ser controlada. (TIBA, 1996, p.24)

O autor apresenta causas pessoais que atrapalham o bom andamento da escola e conseqüentemente a boa aprendizagem, são causas pessoais que interferem diretamente nas atividades em sala de aula, é o comportamento de alunos portadores de doença neurológica.

Dentre outras conseqüências podemos destacar o baixo aproveitamento do aluno em relação à aquisição de conhecimento, a exclusão social gerada a partir de descontentamento com os colegas, desordem em sala, o desestímulo do professor e problemas familiares.

As estratégias usadas atualmente por grande parte dos professores para lidar com a indisciplina tem sido desastrosas e estão na contramão do que os especialistas apontam ser o mais adequado. [...]. Se a repreensão funcionasse, a indisciplina não seria apontada como aspecto da educação com o qual é mais difícil lidar em sala de aula. (REVISTA NOVA ESCOLA, Outubro de 2009, p 83)

A forma como as nossas escolas tentam disciplinar, com autoritarismo, suspensão, repreensão, e indeterminados casos fazendo uso da nota como forma de ameaça, não está combatendo a indisciplina e os modos rebeldes na escola.

O termo indisciplina quase sempre é empregado para designar todo e qualquer comportamento que seja contrário às regras, às normas e às leis estabelecidas por uma organização. No caso da escola, significa que todas as vezes que os alunos desrespeitarem alguma norma desta instituição será vistos como indisciplinados sejam tais regras impostas e veiculadas arbitrariamente pelas autoridades escolares (diretores e professores), ou elaboradas democraticamente (SILVA, 2010, p. 19).

A disciplina ou indisciplina vivenciada dentro da escola, é uma questão de valores reconstruídos, não só o comportamento é feito de regra para o problema; que aflinge atualmente país e professoras é a indisciplina escolar, a falta de limites tem conseqüências negativas para a aprendizagem.

3.4 Disciplina X Indisciplina: diversidade entre os alunos

Disciplinado é alguém que segue as normas da instituição a que pertence ao passo que indisciplinado é o indivíduo que transgredir essas normas. No caso do aluno

o disciplinado participa ativamente das aulas e fala a hora certa, enquanto que o indisciplinado não sabe ouvir e pratica muitas arbitrariedades sem sala de aula.

Não se pode exigir comportamento uniforme em sala de aula considerando a diversidade. À forma como os alunos reagem aos estímulos variam de acordo com a sua cultura e sua conduta emocional.

Quando falo de diversidade, refiro-me às diferentes culturas com as quais nos deparamos no âmbito escolar. Sabemos que mesmo em escolas públicas de periferia, que atendem a crianças que pertencem a uma mesma comunidade e que têm o mesmo nível social, não existe a homogeneidade, já que todas as pessoas são providas de sentimentos, desejos, ambições, crenças e valores, e estão imbuídas de costumes e práticas que adquirem no seu ambiente familiar e social (modos de agir, linguagem, gestos, atitudes, hábitos de higiene, etc.) e que, desde cedo, vão formando sua personalidade. (OLIVEIRA. 2011, p.47)

O comportamento variado resulta da forma como a criança viveu até o momento que entrou na escola, e a maneira como convive atualmente no seu meio social. Algumas nasceram em lares com pai, mãe e irmãos, todos alfabetizados e leitores; são amadas e orientadas ao respeito. Outras nem conhecem os pais, moram com os avós, os tios, um parente distante. Muitas viajam nas férias. Conhecem o mar, o mato e gente de lugares variados. Há quem nunca tenha saído do bairro ou da fazenda em que nasceu. "Ninguém é igual a ninguém." Cada pessoa tem uma história particular e única, formada por sua estrutura biológica, psicológica, social e cultural. Não há como exigir uma postura igualitária em uma turma heterogênea.

É certo que tais comportamentos são bastante diferenciados e não têm a mesma intensidade, mas o agravante, no caso, é que esse aluno será rotulado pelo professor e pelos colegas de indisciplinado, estigma que ele poderá carregar consigo pelo resto dos anos escolares e em sua vida social, adotando, provavelmente, comportamentos que fazem jus a esse "rótulo". (OLIVEIRA. 2011, p. 53)

Paulo Freire (1997) ressalta que a resistência do professor em respeitar a "leitura de mundo" com que o educando chega à escola, obviamente condicionada por sua cultura de classe e revelada em sua linguagem, se constitui um obstáculo ao conhecimento. Ou seja, além de todo o conflito que a diferença social e cultural

causa na relação professor/aluno, ainda têm o agravante de dificultar o aprendizado, já que, na tarefa de ensinar, o professor não parte da realidade concreta dos educandos e da experiência de vida deles.

Distúrbios comuns da autoestima é a perda de limites, a autodesvalorização, o excesso de autoestima, o ego inflado, o ego murcho, o falar que vai fazer algo e não seguir adiante. Tais pessoas ou bens alheios e têm-se tornado muito sérios nas últimas duas décadas. (TIBA, 1996, p. 153)

O aluno quando não tem amor próprio deixa de amar os que o cercam, tornando-se arrogantes e sem limites. Os professores devem ficar atentos a mais uma possibilidade: às vezes, os distúrbios não existem exclusivamente em relação aos colegas, mas têm como objetivo tumultuar a aula, provocar o professor ou menos conturbar o ambiente escolar.

Disciplina e prática pedagógica caminham juntas, pois uma prática pedagógica lúdica e atraente evita a indisciplina em sala de aula.

O processo educacional sempre foi alvo de constantes discussões e apontamentos que motivaram sua evolução em vários aspectos, principalmente no que tange a condução de metodologias de ensino por nossos educadores e a valorização do contexto escolar formador para nossos alunos. Nesse aspecto GADOTTI (2000, p.4), pesquisador desse processo afirma que,

Enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria, a educação tradicional iniciou seu declínio já no movimento renascentista, mas ela sobrevive até hoje, apesar da extensão média da escolaridade trazida pela educação burguesa. A educação nova, que surge de forma mais clara a partir da obra de Rousseau, desenvolveu-se nesses últimos dois séculos e trouxe consigo numerosas conquistas, sobretudo no campo das ciências da educação e das metodologias de ensino. O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas Freinet, por exemplo, são aquisições definitivas na história da pedagogia. Tanto a concepção tradicional de educação quanto a nova, amplamente consolidadas, terá um lugar garantido na educação do futuro. (GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação, 2000, p. 04).

Diante de inúmeras transformações sociais, onde informações e descobertas acontecem em frações de segundo, o processo de desenvolvimento da escola entra na pauta como um dos mais importantes aspectos a serem discutidos neste

processo, pois é nela que são promovidas as mais importantes formulações teóricas sobre o desenvolvimento cultural e social de todas as nações, dessa forma, a pesquisa educacional acaba tomando um lugar central na busca de perspectivas que possibilitem uma nova prática educacional, envolvendo principalmente os agentes que conduzem o ambiente escolar, transformando o ensino em parte integrante ou principal na motivação dessas transformações.

Com as constantes modificações sofridas por nossa sociedade no decorrer do tempo, dentre elas o desenvolvimento de tecnologias e o aprimoramento de um modo de pensar menos autoritário e menos regrado, os agentes educacionais e a escola de uma maneira geral, vêm vivenciando um processo de mudança que tem refletido principalmente nas ações de seus alunos e na materialização destas no contexto escolar, fato que tem se tornado ponto de dificuldade e insegurança entre professores e agentes escolares de forma geral, configurando em forma de comprometimento do processo ensino-aprendizagem, sobre isso, GADOTTI (2000:6) afirma que,

Neste começo de um novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada: de um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações. (GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação, 2000, p.06).

A escola contemporânea sofre com o desenvolvimento acelerado que ocorre a sua volta, onde as informações são atualizadas em frações de segundos, ocasionando de certa forma, o desgaste e o comprometimento das ações voltadas para o aprimoramento do ensino, fazendo com que a sala de aula se torne um ambiente de pouca relevância para a consolidação do conhecimento, tornando a vivência social o requisito primordial para a busca de aprendizado.

O artigo Professor bonzinho = Aluno difícil publicada na **Coluna Planeta Literatura (12/09/2007)**, pela Orientadora Educacional - Sheila Cristina de Almeida e Silva Machado. Publicam o seguinte texto

Segundo as citadas autoras Celso Antunes destaca neste livro que o “professor bonzinho, permissivo, perde sua identidade como pessoa. Podemos ser amigos, compreensivos, mas o limite deve ser bem claro, bem definido e a

preocupação em acompanhar o processo de construção do conhecimento dos alunos deve ser efetiva.

“Na sala de aula a conversa entre os alunos é inevitável; é impossível ficar ao lado dos amigos sem conversar; o que devemos fazer é aproveitar essa conversa como instrumento para um trabalho pedagógico, aprender a ser um administrador de conversas, expositor de desafios, instigador de perguntas. O autor alerta que devemos tomar cuidado com o silêncio humano. Este esconde muitas vezes problemas emocionais ou disfunções agudas.” As autoras Silva e Machado (2007), chama atenção pois, quando se trabalha com crianças e adolescente um dos meios mais direto de saber o que ocorre é através da fala, como eles são inibidos ou proibidos falar podem esconder sérios problemas de aprendizados, bem como pessoas que interfere na vida escolar.

Por isso Silva (2007), diz que o ensinar, é fundamental que o professor peça aos seus alunos que opinem, sugira, contem coisas de seu eu e de seu mundo. Jamais matar a curiosidade apresentando rapidamente a resposta; faça-os buscar pelos caminhos da pesquisa, pela reflexão do debate. E nunca se esqueça de levar para a sala de aula o sorriso, a boa educação (polidez) e o bom senso”.

Com alunos difíceis, ou seja, aqueles que não querem nada com a aula, procurem não se exasperar, dar broncas. Após o final da aula chame esse aluno para conversar; faça-o descobrir que você quer ajudá-lo. Diálogo, polidez e bom humor são aliados incondicionais para o bom relacionamento entre professores e alunos em sala de aula.

Existem algumas ideias levantadas por Celso Antunes que podem auxiliar os professores em seu dia a dia, obtendo assim maior prazer e sucesso no seu trabalho. Vamos a eles:

- Definir de forma clara e cristalina as regras disciplinares.
- Estabelecer canais límpidos de comunicação entre os alunos, diretores, pais, orientadores e professores.
- Assiduidade e pontualidade.
- Associar o conhecimento novo aos saberes que os alunos possuem.
- Preparar de maneira cuidadosa a aula.
- Traçar um projeto de atividades anuais, dividindo suas etapas semana após semana.

- Estabelecer, se possível em consenso com a classe, os limites desejáveis das condutas e cobrá-los sempre de maneira imediata e coerente.

- Entrar em sala e, sem demora, iniciar a aula.

- Cobrar, com firmeza, mas sempre com bom humor (quando possível), a colaboração de todos e ser um árbitro sereno no cumprimento das regras de conduta consensualizadas com a classe.

- Falar com expressividade e clareza.

- Iniciar os trabalhos com um plano de aula simples, mas objetivo e coerente.

- Movimentar-se todo o tempo, manter-se alerta a todos e também a todas as ocorrências.

- Mostrar sempre disposição para manter a calma e a serenidade, mesmo em situações mais difíceis.

- Saber dar a devida importância ao tom de voz empregado e estudar a linguagem gestual.

- Jamais comparar-se a qualquer colega. Nunca comparar um aluno ou uma classe com outra.

- Distribuir com uniformidade, serenidade e justiça a atenção de todos.

- Analisar com calma as razões que podem levar alunos ao desinteresse ou a indisciplina e discutir, particularmente com os mesmos essa postura.

- Conhecer diferentes estratégias de ensino, jogos operatórios, técnicas de ensino e aprendizagem.

- Possuir projetos de avaliação claros e explícitos.

- Manter atualizados seus registros e suas notas.

- Cumprir com integridade tudo quanto prometeu.

Ensinar utilizando diferentes recursos e estratégias para despertar a curiosidade e incentivar os alunos em sala de aula e projetos é eficiente medida contra a indisciplina.

- Fazer das perguntas uma eficiente ferramenta de aprendizagem.

- Não se desgastar ensinando aos alunos tudo aquilo que sozinhos eles podem aprender.

- Estimular o aluno para interpretar o aprendido usando diferentes habilidades.

- Ensinar seus alunos a leitura dos saberes que se encontram em diferentes linguagens.

- Saber delegar aos alunos tarefas e funções junto à classe que explorem capacidades de aprender e de aprendizagem.
- Fazer revisões periódicas daquilo que foi aprendido.
- Organizar de forma eficaz, na medida do possível em consenso com os alunos, o espaço da sala de aula e a disposição dos lugares de cada um.
- Cuidar da sua apresentação, dignificando a importância e até o sentido do ato pedagógico.
- Mostrar atenção aos problemas dos alunos.
- Concluir a aula de maneira amistosa e bem-humorada.

É importante destacar que os passos sugeridos costumam ajudar a resolver parte expressiva dos problemas disciplinares; mas não os eliminam por completo. A continuidade de aplicação dos procedimentos é que pode garantir a perenidade dos bons comportamentos, da participação dos estudantes nas aulas, o debate em torno das ideias e conteúdos trabalhados.

Para concluir, Silva e Machado explica que “o professor precisa ser amigo dos alunos, companheiro e compreensivo, ter a mentalidade aberta e acompanhar o processo de construção do conhecimento, atuando como agente entre os objetos do saber e a aprendizagem e ter a certeza de que, quem educa semeia um futuro melhor...”

Diante das reflexões de Silva e Machado preocupações dentro do processo escolar é sempre anunciado pelos autores da área de educação. A exemplo de Libâneo (2004, p.46-47), ele ainda nos chama a atenção para as mudanças no aspecto individual. As pessoas são estimuladas a se preparar para competir, por si mesmas, no mercado de trabalho e gerar seus próprios meios de vida. Neste sentido, perde-se o sentido da coletividade, das trocas, de vínculos afetivos duradouros e da cooperação mútua. Passa-se a ideia de que o prazer está nos bens materiais e não no companheirismo, na convivência, no diálogo e na solidariedade.

Continua o autor, Libâneo diz:

Esse contexto globalizado, as mudanças proporcionadas pela economia, sob a égide do capital permeada pelas novas mídias e tecnologias, invadem, o cotidiano das pessoas, aceleram e aprofundam a exclusão social e lança novas questões para a pedagogia. Essas transformações tecnológicas e científicas leva-nos a compreender que são necessários novos sistemas de organização do trabalho, principalmente no trabalho pedagógico, para atender às exigências da sociedade atual. (2004, p.47)

Braz (2008, p. 14) complementa que

[...] a escola, que é a instituição encarregada de formar cidadãos críticos, participativos, que sejam capazes de compreender a ideologia do mercado e que busquem a transformação, necessita discutir as novas relações sociais e de trabalho a fim de resgatar a sua importância social e política enquanto apoio à maioria da população que representa a classe trabalhadora.

Sendo assim, analisa-se a indisciplina em sala de aula sob o olhar da sociedade do capital, visto que a escola não está alheia aos determinantes sociais que desencadeiam problemas na escola. Dessa forma, é de corresponsabilidade as escolas construírem estratégias para amenizar o quadro de violência, competitividade, individualismo que se instalou dentro da sociedade.

3.5A sala de Aula X (IN)disciplina: Estudo de caso

A Escola Municipal “José Francisco da Silva, ” é uma escola multisserida, daí a dificuldade em controlar a disciplina, pois tem de atender a várias séries paralelamente. O Aluno Antônio Vieira diz que não aprende Matemática, causa da indisciplina, ele fala que em sua residência com ajuda de parentes ele conseguiu compreender melhor os problemas matemáticos. Entretanto no dia que a professora trabalhou com uma música envolvendo a Matemática percebi maior concentração e melhor desempenho.

Assim, é importante quando o professor esta buscado que o aluno aprenda mais e este compromisso não ser reduzindo a ficar quieto em sala de aula.

Comportamento influencia muito na aprendizagem, mais a metodologia deve ser o caminho para maior aplicabilidade do conteúdo e envolver as crianças despertando o interesse pelo aprendizado. Presume-se que a indisciplina é resultado de diversos fatores, como o desinteresse do estudante em estudar, a forte presença da mídia digital denominadas de tecnologias de informação e comunicações e a falta de orientação familiar. Ao descrever os focos facilitadores do comportamento indisciplinado do aluno em sala de aula.

Antunes (2010) aponta a escola, o professor e a interação deste com o aluno como pontos fundamentais nessa temática e da algumas sugestões para o gerenciamento da indisciplina centradas nestes focos. Sobre a instituição

educacional, sugere que ela tenha definidas claramente as regras para funcionários e alunos; detenha sempre um canal de comunicação aberto a pais, alunos e educadores;

Para que o educador possa conduzir a disciplina em sala de aula, Antunes (2009), do mesmo modo, propõe uma reflexão sobre habilidades intra e interpessoais que o professor deve exercitar para que este se aproprie da técnica de gerenciamento da indisciplina em nossos dias: aceitar com bom humor as diferenças entre as pessoas; saber distinguir o essencial do supérfluo; saber ouvir antes de julgar o aluno; ter habilidade de se colocar no Lugar do outro; admitir quando estiver errado; perceber que quando os alunos são chamados para tratar sobre o comportamento indisciplinado, geralmente respondem com irritação e insegurança; compreender que nem todos precisam corroborar com a ideia do educador; reavaliar os casos de indisciplina e aplicar medida disciplinar com seriedade, rapidez e justiça. Destaca-se, assim, a importância das relações humanas entre professor e aluno como ferramenta essencial no controle disciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo constatou-se que são inúmeras as causas que conduzem a determinado comportamento, denominado indisciplina: problemas familiares, distúrbio neurológico, vícios e outros problemas de ordem social. O aluno considerado desobediente é aquele que não segue as normas estipuladas pela escola, ocasionando problemas para o ensino-aprendizagem.

Os educadores necessitam estudar a problemática da desordem em sala de aula tendo o cuidado de considerar a heterogeneidade, pois as pessoas são diferentes “não há seres humanos iguais”, portanto cada pessoa tem uma forma de agir em determinada situação. Disciplinado é considerado o educando que não transgredir as normas determinadas pela instituição.

A escola necessita de um profissional (psicopedagogo clínico), que acompanhe cada aluno considerado indisciplinado ou cada turma onde predomina a desordem para juntamente com o professor descobrir as causas da falta de limites.

Deduzimos que a metodologia do professor tem grande influência sobre o comportamento do aluno, no mundo virtual a uma necessidade de uso de meios lúdicos e prazerosos para que o aluno sintam-se motivado e participe ativamente do processo ensino-aprendizagem.

A parceria entre a escola e a família contribui diretamente para a disciplina na escola, pois juntos discutirão os problemas e encontrarão solução para os alunos considerados indisciplinados e até mesmo agressivos. Escola e família têm de dar as mãos em busca de soluções sócias educativas que eduquem nossos jovens, apontando o caminho do respeito e da seriedade.

Outro ponto que foi confirmado nesse estudo é que é necessário ficar alerta porque a indisciplina nunca acaba. Esse trabalho não tem fim. Mesmo que a equipe já esteja atenta e capacitada para encarar a indisciplina sob esse prisma mais amplo, é preciso manter o tema vivo. Primeiro porque a escola está sempre em movimento. A cada ano, chegam novos professores e alunos, que podem não estar alinhados com essa visão. Segundo porque diferentes casos de indisciplina vão continuar aparecendo.

Vasconcellos (1999) aponta que a indisciplina é um processo que agrega muitos fatores: o desinteresse do aluno proveniente, por exemplo, da

influência midiática externa ao ambiente escolar geralmente mais atrativa que a escola; a família que não cumpre com o papel de educar para os limites; a escola que não apoia o professor pedagogicamente e a influência da desorganização da sociedade.

É importante observar sempre os estudos dos teóricos da educação sobre esta temática, pois com as constantes mudanças que ocorre na sociedade. Precisasse sempre saber o que muda. Vasconcellos, mostra também os motivos que facilitam o comportamento sem disciplina pelos alunos na contemporaneidade: atualmente existe uma crise de sentido na educação que reflete no comportamento dos discentes em sala de aula.

Para que o educador possa conduzir a disciplina em sala de aula, Antunes (2009), do mesmo modo, propõe uma reflexão sobre habilidades intrapessoais que o professor deve exercitar para que este se aproprie da técnica de gerenciamento da indisciplina em nossos dias: aceitar com bom humor as diferenças entre as pessoas; saber distinguir o essencial do supérfluo; saber ouvir antes de julgar o aluno; ter habilidade de se colocar no lugar do outro; admitir quando estiver errado; perceber que quando os alunos são chamados para tratar sobre o comportamento indisciplinado, geralmente respondem com irritação e insegurança; compreender que nem todos precisam corroborar com a ideia do educador; reavaliar os casos de indisciplina e aplicar medida disciplinar com seriedade, rapidez e justiça.

Destaca-se, assim, a importância das relações humanas entre professor e aluno como ferramenta essencial no controle disciplinar. Fica desta forma mais uma contribuição neste trabalho sobre uma das temáticas polêmicas da educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. T. P. O Brincar na Educação Infantil. **Revista Virtual EF Artigos**, Natal/RN, v.3, n.1, maio. 2005.
- ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- AQUINO, Juliogroppa. **Autoridade e Autonomia na Escola: alternativas teóricas e praticas**. São Paulo: Summus, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BASTOS, João Baptista. **Gestão democrática**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. **Gestão da educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004, p.147).
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394 de 20/12/1996.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 33. ed. São Paulo: Cortez, 1997
- FREIRE, Paulo. **A prática educativa em questão**. São Paulo. Espaços Pedagógicos, 1998.
- HORA, Dinar Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2007.
- HUGHES, James L. **La Pedagogia de Froebel**. Trad. Barnés, Domingo. Madrid: Daniel Jorro, Editor, 1925.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- KRAMER, Sonia; LEITE .**Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1996.
- LINS, M. J. S. C. **O Direito de Brincar: Desenvolvimento Cognitivo e a Imaginação da Criança na Perspectiva de Vygotsky**. XIII Congresso Brasileiro de Educação Infantil da OMEP: Paraíba. (1999).
- LOPES, Maria da Glória. **Jogos na educação: criar, fazer e jogar**. São Paulo, Cortez, 2002.

MOYLES, Janet R. **Só Brincar? O papel do brincar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Prodil, 1994.

NEVES, Libéria Rodrigues; SANTIAGO, Maria Lydia B. **O uso dos jogos teatrais na Gente**, 2002.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. São Paulo: Ática, 1996.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1990.

ROSSETO JÚNIOR, A. J. *et al.* **Jogos Educativos: estrutura e organização da prática**. 5. Ed. São Paulo: Editora Phorte, 2009.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.

VIGOTSKY, Lev. *et al.* **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone/Edusp, 1988.

VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ANEXOS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE 6 ANOS DE IDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL

❖ Leis

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – admite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade.
- Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – estabelece o ensino fundamental de nove anos como meta da educação nacional.
- Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005 – altera a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental.
- Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – altera a LDB e amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010.

❖ Resolução

- Resolução CNE/CEB nº 3/2005, de 3 de agosto de 2005: Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.
- Resolução Nº 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2010 – Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9(nove) anos.

❖ Pareceres

- Parecer CNE/CEB nº 24/2004, de 15 de setembro de 2004 (reexaminado pelo Parecer CNE/CEB 6/2005): Estudos visando ao estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.
- Parecer CNE/CEB nº 6/2005, de 8 de junho de 2005: Reexame do Parecer CNE/CEB nº24/2004, que visa o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.
- Parecer CNE/CEB nº 18/2005, de 15 de setembro de 2005: Orientações para a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114/2005, que altera os arts. 6º, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96.
- Parecer CNE/CEB nº 39/2006, de 8 de agosto de 2006: Consulta sobre situações relativas à matrícula de crianças de seis anos no Ensino Fundamental.

- Parecer CNE/CEB nº 41/2006, de 9 de agosto de 2006: Consulta sobre interpretação correta das alterações promovidas na Lei nº 9.394/96 pelas recentes Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006.
- Parecer CNE/CEB nº 45/2006, de 7 de dezembro de 2006: Consulta referente à interpretação da Lei Federal nº 11.274/2006, que amplia a duração do Ensino Fundamental para nove anos, e quanto à forma de trabalhar nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
- Parecer CNE/CEB nº 5/2007, de 1º de fevereiro de 2007 (reexaminado pelo Parecer CNE/CEB nº 7/2007): Consulta com base nas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, que tratam do Ensino Fundamental de nove anos e da matrícula obrigatória de crianças de seis anos no Ensino Fundamental.
- Parecer CNE/CEB nº 7/2007, de 19 de abril de 2007: Reexame do Parecer CNE/CEB nº 5/2007, que trata da consulta com base nas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, que se referem ao Ensino Fundamental de nove anos e à matrícula obrigatória de crianças de seis anos no Ensino Fundamental.
- **Parecer CNE/CEB nº 4/2008**, de 20 de fevereiro de 2008: Reafirma a importância da criação de um novo ensino fundamental, com matrícula obrigatória para as crianças a partir dos seis anos completos ou a completar até o início do ano letivo. Explicita o ano de 2009 como o último período para o planejamento e organização da implementação do ensino fundamental de nove anos que deverá ser adotado por todos os sistemas de ensino até o ano letivo de 2010. Reitera normas, a saber: o redimensionamento da educação infantil; estabelece o 1º ano do ensino fundamental como parte integrante de um ciclo de três anos de duração denominado “ciclo da infância”. Ressalta os três anos iniciais como um período voltado à alfabetização e ao letramento no qual deve ser assegurado também o desenvolvimento das diversas expressões e o aprendizado das áreas de conhecimento. Destaca princípios essenciais para a avaliação.
- Parecer CNE/CEB nº 22/2009 – Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.